



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
OURILÂNDIA DO NORTE

Relatório de Gestão 2025

1. Apresentação e planejamento institucional

Este relatório apresenta a gestão da Câmara Municipal de Ourilândia do Norte no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2025, sob a Presidência de MARCIO OLIVEIRA DA SILVA. Reúne o planejamento aprovado, a produção legislativa, a aplicação dos recursos, a posição financeira e patrimonial, as contratações e o atendimento ao cidadão.

O exercício encerrou com R\$ 10.085.714,23 de despesas empenhadas, correspondentes a 99,95% da dotação atualizada, e despesa total com pessoal de 2,15% da RCL ajustada do Município. A produção histórica registrada reúne 132 matérias legislativas. Esses resultados são detalhados nas seções seguintes.

A base de planejamento é o PPA 2022–2025, aprovado pela Lei Municipal nº 801, de 27/12/2021. O Programa 0001 Administração do Poder Legislativo tem como objetivo assegurar suporte técnico e material aos trabalhos legislativos, à sua divulgação e à fiscalização da gestão pública. O programa vincula recursos às atividades parlamentares, ao assessoramento e à manutenção da Câmara.

A programação anual foi aprovada pela LOA nº 906/2024, de 30/12/2024, orientada pela LDO nº 898/2024, de 12/07/2024. A LOA fixou para o Legislativo a dotação inicial de R\$ 8.160.640,71. O valor programado no PPA inicial para 2025 era de R\$ 7.400.360,00; a autorização anual e suas alterações constituem a referência para a execução do orçamento.

Ação	Finalidade na LOA	Dotação inicial
001	Contribuição ao INSS do empregador	R\$ 850.000,00
001	Equipamentos e materiais permanentes	R\$ 30.000,00
002	Aquisição de veículos	R\$ 200.000,00
013	Reforma e ampliação do prédio	R\$ 150.000,00
001	Remuneração dos agentes políticos	R\$ 1.801.384,82
005	Manutenção da Câmara	R\$ 5.129.255,89
	Total do Programa 0001	R\$ 8.160.640,71

Fonte: PPA 2022–2025, Programa 0001; LOA 2025, Anexo 6 Programa de Trabalho da Câmara.

O PPA inicial estabeleceu, anualmente, produto de 10 bens para equipamentos e materiais permanentes e uma unidade para aquisição de veículo. Para reforma e ampliação, o produto foi denominado Estudo Realizado, com meta de uma unidade. Essas metas físicas são distintas das dotações financeiras e dos valores contratados; o registro de contrato não equivale ao termo de recebimento do objeto.



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
OURILÂNDIA DO NORTE

2. Produção legislativa e funcionamento das sessões

A atividade legislativa compreende apresentação e apreciação de matérias, elaboração de normas e deliberação em sessões. O SAPL é a fonte do acervo legislativo integrado ao portal. As contagens abaixo identificam o exercício da matéria ou da norma e, para sessões e deliberações, a data de realização registrada.

Matérias registradas no exercício	Quantidade
Indicação	76
Lei Orçamentaria Anual	1
Lei de Diretrizes Orçamentarias	1
Moção	1
Plano Plurianual	1
Projeto de Decreto Legislativo	5
Projeto de Lei Ordinária	41
Projeto de Resolução Legislativa	5
Requerimento	1
Total de matérias	132

Sessões registradas por tipo	Quantidade
Extraordinária	18
Ordinária	13
Preparatoria / comissões	1
Preparatoria de Renovação Mesa	1
Sessão preparatoria de posse	1

Normas do exercício no acervo	Quantidade
Lei Municipal	36
Resolução	5
Decreto	4

Fonte: Acervo histórico do SAPL. Matérias por ano de identificação; sessões por data de início.

As matérias apresentadas e as normas expedidas são conjuntos distintos. Uma matéria pode ser deliberada em mais de um turno ou resultar em norma no exercício seguinte. Assim, o número de registros não é utilizado como percentual de aprovação, assiduidade parlamentar ou solução das demandas ao Executivo.



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
OURILÂNDIA DO NORTE

3. Entregas normativas e resultados legislativos

Os atos selecionados demonstram entregas concretas da atividade normativa. Seus resultados são descritos no alcance comprovado pelos registros: edição da norma, autorização, criação ou regulamentação. Efeitos posteriores, como nomeações, execução de créditos, entrega de bens ou funcionamento de programas, dependem dos respectivos registros administrativos.

Resolução nº 1/2025 de 24/02/2025

Regulamentou concessão, aplicação e prestação de contas do suprimimento de fundos. A norma estrutura o controle desse instrumento de execução de despesas.

[Consultar ato no SAPL](#)

Resolução nº 2/2025 de 07/04/2025

Extinguiu o cargo comissionado de assessor de comunicação criado em 2024. A entrega altera a estrutura administrativa prevista em norma.

[Consultar ato no SAPL](#)

Resolução nº 3/2025 de 07/04/2025

Criou vaga adicional de assessor especial do gabinete da Presidência. A entrega é normativa e não comprova, isoladamente, nomeação ou despesa adicional.

[Consultar ato no SAPL](#)

Resolução nº 4/2025 de 23/06/2025

Regulamentou instrumentos e implantação do Governo Digital no Legislativo. A entrega estabelece a base institucional para serviços e procedimentos digitais.

[Consultar ato no SAPL](#)

Os registros de deliberação também permitem distinguir votações simbólicas e nominais. A identificação do tipo provém do item de pauta no SAPL; votação simbólica não é tratada como votação nominal e não gera exigência de lista individual de votos.

Tipo no item de pauta	Registros de deliberação
Simbólica	144
Nominal	15

Fonte: Normas e registros de deliberações do acervo SAPL. Inclui registros de apresentação, despacho, leitura e votação conforme a classificação de origem.



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
OURILÂNDIA DO NORTE

4. Execução orçamentária e aplicação dos recursos

A execução anual considera a unidade 011101 Câmara Municipal no Fiorilli, entre 01/01/2025 e 31/12/2025. O empenho registra o compromisso orçamentário; a liquidação verifica o direito do credor; o pagamento corresponde à saída financeira. A separação dessas etapas evita apresentar compromisso contratado ou empenhado como despesa já paga.

Indicador de execução	Valor
Dotação inicial	R\$ 8.160.640,71
Alterações da dotação	R\$ 1.930.425,09
Dotação atualizada	R\$ 10.091.065,80
Despesa empenhada	R\$ 10.085.714,23
Despesa liquidada	R\$ 9.986.603,34
Despesa paga do exercício	R\$ 9.851.003,34
Dotação não empenhada	R\$ 5.351,57
Empenhado ainda não liquidado	R\$ 99.110,89
Liquidado ainda não pago	R\$ 135.600,00

Indicador calculado	Resultado
Empenho sobre dotação atualizada	99,95%
Liquidação sobre dotação atualizada	98,96%
Pagamento sobre despesa liquidada	98,64%
Alterações sobre dotação inicial	23,66%

O orçamento atualizado foi de R\$ 10.091.065,80. A parcela sem empenho foi de R\$ 5.351,57. Ao encerramento, a diferença entre os compromissos empenhados e os pagamentos do exercício era de R\$ 234.710,89, detalhada na análise dos restos a pagar

Grupo de despesa	Empenhado	Participação
Pessoal e encargos sociais	R\$ 5.255.557,21	52,11%
Outras despesas correntes	R\$ 4.072.518,29	40,38%
Investimentos	R\$ 757.638,73	7,51%

Fonte: Fiorilli Despesas por Unidade. Composição dos grupos: Balanço Orçamentário publicado do exercício. Percentuais calculados com os valores deste quadro.

A participação dos grupos mede a composição financeira dos empenhos. Não corresponde ao grau de execução física das aquisições, dos serviços ou das obras.



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
OURILÂNDIA DO NORTE

5. Movimentação financeira e restos a pagar

O financiamento do Legislativo ocorre por transferências financeiras. O duodécimo não constitui receita orçamentária própria da Câmara. No Balanço Financeiro, recebimentos extraorçamentários incluem inscrições de restos a pagar e valores de terceiros; não representam, integralmente, ingresso bancário disponível para novos gastos.

Ingressos e saldos	Valor
Saldo financeiro do exercício anterior	R\$ 0,00
Transferências financeiras recebidas	R\$ 10.091.065,81
Recebimentos extraorçamentários	R\$ 1.782.436,02
Total do Balanço Financeiro	R\$ 11.873.501,83

Dispêndios e saldo final	Valor
Despesa orçamentária no balanço financeiro	R\$ 10.085.714,23
Transferências financeiras concedidas	R\$ 5.798,95
Pagamentos extraorçamentários	R\$ 1.547.720,25
Saldo para o exercício seguinte	R\$ 234.268,40
Total do Balanço Financeiro	R\$ 11.873.501,83

Obrigações e disponibilidade no encerramento	Valor
Restos a pagar processados do exercício	R\$ 135.600,00
Restos a pagar não processados do exercício	R\$ 99.110,89
Restos a pagar do exercício em conjunto	R\$ 234.710,89
Demais obrigações financeiras no RGF	R\$ 4,88
Caixa líquido após inscrição dos não processados	R\$ -447,37

Fonte: Balanço Financeiro e RGF do 3º quadrimestre de 2025; demonstrativos de restos a pagar quando publicados.

O caixa bruto de R\$ 234.268,40, descontados R\$ 135.600,00 de restos processados, R\$ 4,88 de outras obrigações e R\$ 99.110,89 de não processados, resulta em disponibilidade líquida negativa de R\$ 447,37. Esse é o resultado registrado no RGF e no quadro financeiro do Balanço Patrimonial. A posição não permite afirmar quitação integral dos compromissos ou disponibilidade positiva de recursos livres.



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
OURILÂNDIA DO NORTE

6. Patrimônio e estrutura material da Câmara

A posição patrimonial em 31/12/2025 evidencia os bens e direitos, as obrigações e o patrimônio líquido. O imobilizado líquido é de R\$ 2.110.827,26, após depreciação acumulada. O patrimônio líquido, de R\$ 2.233.448,39, resulta da diferença entre o ativo total e o passivo patrimonial e não deve ser confundido com caixa ou dotação orçamentária.

Composição patrimonial	Saldo final
Bens móveis pelo valor bruto	R\$ 1.719.019,42
Bens imóveis pelo valor bruto	R\$ 898.999,55
Depreciação acumulada a deduzir	R\$ 507.191,71
Imobilizado líquido	R\$ 2.110.827,26
Bens de informática no grupo de bens móveis	R\$ 224.910,84
Móveis e utensílios no grupo de bens móveis	R\$ 103.268,60
Veículos no grupo de bens móveis	R\$ 1.263.906,00
Máquinas e equipamentos no grupo de bens móveis	R\$ 42.632,79
Imóveis em andamento no grupo de bens imóveis	R\$ 304.804,69
Ativo total	R\$ 2.369.053,27
Passivo patrimonial total	R\$ 135.604,88
Patrimônio líquido	R\$ 2.233.448,39

Fonte: Balanço Patrimonial publicado de 2025.

Comparado ao saldo de imobilizado líquido de R\$ 1.571.608,78 do encerramento anterior, o valor final de R\$ 2.110.827,26 representa aumento de R\$ 539.218,48. A variação contábil reflete movimentações patrimoniais e depreciação; não é interpretada como total de compras nem como comprovação de recebimento de cada bem.

Os bens de informática passaram de R\$ 68.068,70 para R\$ 224.910,84 e os veículos de R\$ 832.306,00 para R\$ 1.263.906,00, conforme as colunas comparativas do Balanço Patrimonial. As variações evidenciam alteração da estrutura material registrada. A depreciação acumulada passou de R\$ 289.166,46 para R\$ 507.191,71. O ativo circulante inclui ainda R\$ 23.957,61 registrados como suprimento de fundos.

As subclasses de informática, veículos, mobiliário e máquinas já integram o grupo de bens móveis e não são somadas novamente ao ativo. O controle dos bens deve relacionar registros contábeis, identificação patrimonial, localização, responsáveis pela guarda e inventário físico.



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
OURILÂNDIA DO NORTE

7. Despesa com pessoal e responsabilidade fiscal

A despesa com pessoal utiliza o demonstrativo anual do terceiro quadrimestre do RGF, que abrange janeiro a dezembro. O valor inclui as categorias previstas no demonstrativo, inclusive obrigações patronais. A DTP empregada no limite fiscal considera as deduções legais e é distinta da remuneração líquida paga individualmente.

Mês	Despesa bruta com pessoal
Janeiro	R\$ 345.883,60
Fevereiro	R\$ 362.184,50
Março	R\$ 383.605,63
Abril	R\$ 401.624,64
Maio	R\$ 405.481,62
Junho	R\$ 471.245,20
Julho	R\$ 399.038,78
Agosto	R\$ 405.683,89
Setembro	R\$ 407.265,33
Outubro	R\$ 411.381,07
Novembro	R\$ 410.836,04
Dezembro	R\$ 851.326,91
Total anual	R\$ 5.255.557,21

Composição e apuração anual	Valor
Vencimentos e outras despesas variáveis	R\$ 4.655.250,55
Obrigações patronais	R\$ 600.306,66
Despesa bruta com pessoal	R\$ 5.255.557,21
Deduções legais no RGF	R\$ 25.046,36
Despesa total com pessoal para a LRF	R\$ 5.230.510,85
RCL ajustada do Município	R\$ 243.848.355,73

Fonte: RGF 2025 do 3º quadrimestre, Anexo 1 Despesa com Pessoal; valores mensais e anuais do próprio demonstrativo.

A relação DTP/RCL é de 2,15%. O resultado permanece abaixo dos limites de alerta de 5,40%, prudencial de 5,70% e máximo de 6,00%. Esses parâmetros correspondem aos arts. 20, III, a; 22, parágrafo único; e 59, § 1º, II, da Lei Complementar nº 101/2000. O cumprimento aqui



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
OURILÂNDIA DO NORTE

demonstrado refere-se ao limite de pessoal da LRF; não constitui avaliação automática de todos os limites constitucionais e fiscais.

O volume financeiro não é utilizado para estimar a quantidade de servidores efetivos ou comissionados. Percentuais da composição funcional exigem quadro nominal completo, critério de vínculo e referência temporal uniforme.

8. Contratações administrativas e diárias

Os objetos contratuais relacionam a aplicação dos recursos ao suporte material e técnico da Câmara. O quadro apresenta registros selecionados do acervo público, por início de vigência no exercício, com número, finalidade e valor do instrumento. Valor contratado é compromisso contratual e não comprova, por si só, despesa empenhada, liquidada ou paga no mesmo ano.

Contrato	Objeto resumido	Valor do instrumento
001/2025	Assessoria contábil, tesouraria e RH	R\$ 390.000,00
002/2025	Assessoria e consultoria jurídica	R\$ 360.000,00
004/2025	Manutenção de refrigeração e climatização	R\$ 25.347,51
005/2025	Bens permanentes e de consumo de TIC	R\$ 8.140,00
0018/2025	Climatização e refrigeração	R\$ 10.250,00
020/2025	Agência de publicidade	R\$ 500.000,00
021/2025	Móveis planejados	R\$ 55.151,00
0026/2025/CMON	Veículos para atividades parlamentares e administrativas	R\$ 135.600,00
028/2025/CMON	Gasolina comum e diesel S10	R\$ 236.750,00

As contratações abrangem assessoramento contábil e jurídico, manutenção predial e de equipamentos, tecnologia, comunicação e transporte institucional. Há instrumentos com vigência que se estende a 2026. A parcela executada em cada exercício deve ser lida nos respectivos empenhos, liquidações e pagamentos, sem atribuir todo o valor contratual ao gasto anual de 2025.

Concessões de diárias no exercício	Quantidade ou valor
Registros de portarias por data de saída	372
Valor das concessões cadastradas	R\$ 2.142.600,00

Fonte: Acervo público de contratos e módulo de diárias do portal, registros de 2025.

As concessões são agrupadas pelo ano da saída registrada. O valor das portarias corresponde ao cadastro administrativo, e não é tratado como total pago na contabilidade. A concessão tem finalidade indicada no processo e deve ser acompanhada dos documentos de autorização e prestação de contas; este quadro não declara que todas as prestações foram aprovadas sem ressalvas.



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
OURILÂNDIA DO NORTE

9. Transparência e atendimento ao cidadão

O Relatório Anual de Ouvidoria e SIC de 2025, publicado e assinado na plataforma institucional, consolida os registros históricos do canal eletrônico no período de janeiro a dezembro. Os números abaixo separam atendimentos de cidadãos e testes de funcionamento. O recorte eletrônico não equivale à soma de todos os atendimentos presenciais, telefônicos ou realizados por outros meios.

Indicador do canal eletrônico	Ouvidoria	SIC
Recebidos de cidadãos	3	1
Respondidos	3	1
Sem resposta no período	0	0
Testes de funcionamento	0	0

A Ouvidoria registrou três manifestações e três respostas. Os assuntos envolveram fiscalização e proposta de melhoria legislativa, com encaminhamentos à Presidência e à Mesa Diretora e comunicação de análise jurídica. O SIC registrou um pedido de informações administrativas e uma resposta com esclarecimentos. O histórico de respostas não é utilizado como prova automática de solução integral da demanda ou tempestividade.

A publicidade das informações permite acompanhar normas, sessões, execução orçamentária, quadro de pessoal, contratos e demonstrativos. A apresentação dos atendimentos utiliza dados agregados e preserva a identidade dos solicitantes; distribuições por sexo, idade e outras características não são reproduzidas quando poderiam identificar pequenos grupos.

O relatório anual específico dos canais apresenta os motivos, as providências e a metodologia de apuração. Os dados retrospectivos são identificados pelo exercício a que se referem, mesmo quando o documento foi emitido posteriormente. Não se atribuem ao exercício histórico melhorias técnicas implementadas apenas em 2026.

[Consultar relatório assinado de Ouvidoria e SIC 2025](#)

Avaliação dos resultados documentados

Dimensão	Resultado do exercício
Suporte ao funcionamento legislativo	132 matérias e 31 sessões ordinárias e extraordinárias registradas.
Aplicação dos recursos	98,96% de execução por liquidação sobre dotação atualizada.
Responsabilidade fiscal com pessoal	2,15% da RCL ajustada, abaixo do limite máximo de 6,00%.
Estrutura patrimonial	R\$ 2.110.827,26 de imobilizado líquido ao encerramento.
Atendimento eletrônico	4 atendimentos de cidadãos e 4 respostas; testes apresentados separadamente.



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
OURILÂNDIA DO NORTE

10. Conclusão e referências documentais

A gestão de 2025 é demonstrada pela produção legislativa registrada, pelas entregas normativas identificadas, pelas contratações de suporte institucional e pela aplicação dos recursos no Programa 0001 Administração do Poder Legislativo. A dotação atualizada de R\$ 10.091.065,80 resultou em R\$ 9.986.603,34 de despesas liquidadas e R\$ 9.851.003,34 pagas no próprio exercício.

O resultado de pessoal de 2,15% da RCL ajustada evidencia cumprimento do limite de pessoal da LRF. A posição patrimonial encerrou com imobilizado líquido de R\$ 2.110.827,26. O resultado financeiro é analisado com os restos a pagar e as demais obrigações, preservando a distinção entre saldo em caixa e disponibilidade livre.

A disponibilidade líquida negativa de R\$ 447,37 registrada no RGF exige atenção na avaliação financeira do encerramento. O resultado é apresentado expressamente e não é substituído por afirmação genérica de equilíbrio ou quitação de todas as obrigações.

A avaliação relaciona o objetivo original do PPA, as ações autorizadas na LOA e os resultados efetivamente documentados. Indicadores de assiduidade, satisfação, execução física, aderência ao plano de contratações e cumprimento de prazos dependem de bases próprias; não se presumem percentuais de desempenho pela simples existência de sistemas, contratos ou respostas. A continuidade da gestão deve priorizar o acompanhamento das entregas, a rastreabilidade dos gastos e a publicidade dos registros anuais.

[PPA 2022–2025 Lei Municipal 801 de 27/12/2021](#)

[LOA 2025 Lei 906/2024](#)

[LDO 2025 Lei 898/2024](#)

[Fiorilli Despesas por Unidade selecionar Câmara e período anual](#)

[Balanços publicados para 2025](#)

[RGF do terceiro quadrimestre de 2025](#)

[Acervo normativo SAPL](#)

[Portal contratos e concessões de diárias](#)

MARCIO OLIVEIRA DA SILVA

Presidente

Exercício 2025